

Jader diz que pena é exagerada

PAULO FONA

BRASÍLIA – Um dia depois de assistir ao ex-senador Antonio Carlos Magalhães renunciar ao mandato, o presidente do Senado, Jader Barbalho (PMDB-BA), disse que a pena aplicada a ACM “é maior do que a sua falta”. Afirmando que se tratava de uma “avaliação pessoal”, Jader disse que o ex-senador baiano errou ao participar - mesmo que de forma indireta - da quebra do sigilo do painel eletrônico mas não deveria sofrer a punição da perda do mandato, como sugeriu o relator do Conselho de Ética, senador Saturnino Braga (PSB-RJ). “Ele poderia ter uma punição mais branda, como a suspensão tempo-

rária do mandato”, diz Barbalho.

A amigos, o senador paraense confidencia que em seu entendimento o senador Saturnino Braga “exagerou” ao pedir a cassação de ACM e do ex-senador José Roberto Arruda. Segundo ele, Saturnino deveria apenas constatar a quebra do decoro parlamentar e recomendar a abertura de um processo - aliás, o mesmo argumento utilizado pela defesa de ACM.

Jader trata do assunto com toda cautela possível mas deixa escapar comentários como o de que não cederá ao pedido do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) de divulgar a lista de votação da sessão secreta que cassou o ex-senador Luiz Estevão em junho do ano passado.

“Querem que eu cometa o mesmo crime de ACM?”

O presidente do Senado defende a decisão do presidente do Conselho de Ética, Ramez Tebet (PMDB-RS), de realizar a votação aberta para decidir se os dois senadores quebraram ou não o decoro parlamentar. E para quem argumenta que a votação, no Conselho, foi secreta no processo do ex-senador Luiz Estevão, o presidente tem a resposta na ponta da língua: “O Conselho já estava votando o pedido de cassação, comprovada a quebra do decoro”, repete a amigos.

Todo o tempo em que aborda o assunto com assessores, o presidente do Senado registra a sua postura de “magistrado” em todo o

processo de apuração da quebra do sigilo do painel.

O maior exemplo disso, segundo ele, foi o prazo “estritamente regimental” de 15 dias úteis para a análise do relatório do Conselho de Ética pelo relator da Mesa do Senado, o senador Carlos Wilson (PPS-PE). “Pedi que a Advocacia e a Consultoria Jurídica do Senado um só parecer para que não pairasse dúvida”, diz.

E ao revelar sua atitude administrativa Jader relembra que, como líder do PMDB no Senado, protestou “de forma veemente”, contra as 48 horas que o então presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, deu ao relator da Mesa no caso de Luiz Estevão. “Não fui ouvido”, recorda.